



Ofício **GP/DL/0309/2018**

Florianópolis, 7 de junho de 2018

Excelentíssimo Senhor
SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Senado Federal
A Comissão de
ASSUNTOS SOCIAIS.

Em 11/09/18

Junte-se ao processado do

PLS
nº 380, de 2014.

Em 11/09/18

Sen.
Hélio José

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia da Moção nº 0179.8/2018, aprovada na Sessão Plenária do dia 7 do corrente mês, de autoria do Senhor Deputado Patrício Destro, apelando apoio às reivindicações dos empregados, aposentados e pensionistas da Petrobras, visando minimizar o impacto do plano de equacionamento do *déficit* da Petros junto à Petrobras, a fim de que seja expurgado do valor total a ser apreciado o saldo devedor e os prejuízos decorrentes da Operação *Greenfield*.

Atenciosamente,


Deputado **ALDO SCHNEIDER**
Presidente



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE SANTA CATARINA**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
CONFERE COM O ORIGINAL

Mat. nº 2115 - 7/6/18

MOÇÃO MOC/0179.8/2018

O signatário, com base no art. 195 do Regimento Interno deste Poder, considerando que:

- a Câmara Municipal de Joinville apresentou a Moção nº 274/2018 a esta Casa para que sejam atendidas as reivindicações dos empregados, aposentados e pensionistas da PETROBRAS;

- a Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS) foi fundada em julho de 1970, como o segundo maior Fundo de Pensão da América Latina, atendendo aproximadamente 150 mil pessoas, sendo cerca de 86 mil ativos e 64 mil aposentados e pensionistas;

- a missão da PETROS é garantir o pagamento dos benefícios aos participantes e assistidos de forma eficiente, transparente e responsável;

- a PETROS é uma Fundação sem fins lucrativos, que atua exclusivamente na área de previdência complementar, cuja rentabilidade dos investimentos é revertida integralmente para os planos que administra;

- o compromisso da PETROS é assegurar uma renda de aposentadoria complementar ao INSS para quem investe seus recursos em busca de um futuro melhor;

- os empregados aposentados contribuíram durante toda a vida laboral e continuam contribuindo mensalmente com a PETROS;

- com base no novo momento vivido pelo setor de Fundos de Pensão, foram atualizados os valores a serem seguidos por seus colaboradores, gestores e administradores, quais sejam: integridade, credibilidade e respeito pelas pessoas;

- a Operação Greenfield, instalada pelo MPF, em set/2016, para apurar crimes de gestão temerária e fraudulenta, cometidos nos 4 (quatro) maiores fundos de pensão – PREVI, FUNCEF, PETROS e POSTALIS –, identificou na PETROS envolvimento em escândalos de natureza política e econômica, em que importantes investimentos foram realizados com base em avaliações técnicas que não seguiam as melhores práticas de governança, resultando em investimentos inconsistentes e fraudulentos, que levaram o Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), ao déficit atual de aproximadamente R\$ 27,7 bilhões;

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PLS Nº 380 DE 20 14

Fis. 75

APROVADO EM SESSÃO
de 07/06/18 de 18
PROVIDENCIE-SE
SECRETÁRIO



- a Justiça (10.^a Vara Federal – Brasília - DF) acatou o pedido dos investigadores e determinou o sequestro e o bloqueio de 90 (noventa) imóveis, 139 (cento e trinta e nove) automóveis, uma aeronave, além de valores em contas bancárias, cotas e ações de empresas, títulos mobiliários e outros bens e ativos de 103 (cento e três) pessoas físicas e jurídicas, que são alvo da Operação Greenfield, até o limite de R\$ 8 bilhões;

- quando o *déficit* de um plano supera o chamado limite técnico, isto é, quando o seu valor ultrapassa um determinado montante de tolerância que varia de plano para plano, torna-se obrigatório fazer um equacionamento para reequilibrar as contas e garantir a continuidade do mesmo. No caso específico do PPSP em 2015, o limite técnico era de R\$ 6,6 bilhões, e o *déficit* acumulado chegou a R\$ 22,6 bilhões, portanto, acima do limite técnico;

- para eliminar o *déficit* de 2015 e reduzir a possibilidade de novas análises nos anos subsequentes, foi equacionado o valor, em 2015, de R\$ 22,6 bilhões, atualizado para a data estimada de implementação do referido plano (final de 2017) que, com base na meta atuarial (inflação + taxa de juros), atingiu o montante, a ser apreciado, no valor de R\$ 27,7 bilhões;

- por decisão motivada pelo impacto deletério das dimensões Jurídicas e Políticas advindas de um processo de contínuo desgaste da sua imagem na mídia internacional, a PETROBRAS fez acordo para pagar US\$ 2,95 bilhões a investidores americanos;

- a PETROBRAS não honrou os seus débitos junto à PETROS e exige dos participantes que o façam de forma compulsória;

- a PETROS não acatou as recomendações de auditoria externa, por ela própria contratada, de cobrar as dívidas da PETROBRAS com o PPSP;

- a PETROS teve as suas contas reprovadas pelo Conselho Fiscal por 12 anos seguidos;

- a Lei Complementar nº 109/2001 não prevê mecanismos de responsabilização dos gestores nas situações em que o Conselho Fiscal não aprove o balanço contábil;

- os *déficits* de investimentos encobertos por fraudes não foram ainda elucidados justa e adequadamente no escopo da Operação Greenfield;

- o impacto psicossocial, principalmente aos empregados assistidos e pensionistas, foi muito grande, chegando-se até mesmo a registrar um caso recente de suicídio;

- a Receita Federal ignora o impacto do equacionamento e impede que a contribuição extra seja totalmente dedutível na respectiva Declaração do Imposto de Renda; e



- tendo em vista a atuação negligente do órgão fiscalizador (PREVIC), que não atuou tempestivamente para corrigir o *déficit* no PPSP quando ainda seria possível fazê-lo por um valor significativamente menor, os participantes estão pagando, desde março de 2018, e pagarão por um período de 18 anos, um valor exorbitante,

REQUER o encaminhamento de **MOÇÃO** ao Excelentíssimo Senhor Michel Temer, Presidente da República; ao Senhor Eunício de Oliveira, Presidente do Senado Federal; ao Senhor Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados; ao Senhor Paulo Bauer, Senador da República; ao Senhor Dalírio Beber, Senador da República; ao Senhor Dário Berger, Senador da República; e à Bancada Catarinense na Câmara dos Deputados, nos seguintes termos:

“A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ACOLHENDO PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO, APELA A VOSSA EXCELÊNCIA PARA QUE APOIE AS REIVINDICAÇÕES DOS EMPREGADOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA PETROBRAS, QUE VISA MINIMIZAR O IMPACTO DO PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DA PETROS JUNTO À PETROBRAS, A FIM DE QUE SEJA EXPURGADO DO VALOR TOTAL A SER APRECIADO O SALDO DEVEDOR E OS PREJUÍZOS DECORRENTES DA OPERAÇÃO GREENFIELD, VOTANDO A FAVOR DOS SEGUINTE PROJETO DE LEI: PLP 268/2016, DE AUTORIA DO SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO), PL 8821/2017, DE AUTORIA DO DEPUTADO FEDERAL SERGIO SOUZA (PMDB-PR), PLP 439/2017, DE AUTORIA DO DEPUTADO FEDERAL EFRAIM FILHO (DEM/PB), PLS 312/2016, DE AUTORIA DO SENADOR JOSÉ ANIBAL (PSDB-SP) E PLS 380/2014, DE AUTORIA DA SENADORA ANA AMÉLIA (PP-RS). ATENCIOSAMENTE, DEPUTADO ALDO SCHNEIDER – PRESIDENTE”

Sala das Sessões,


Deputado Patrício Destro



Senado Federal

Brasília, 31 de agosto de 2018.

Senhor Presidente,

Acuso recebimento do Ofício GP/DL/0309/2018, de Vossa Excelência. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida à **Comissão de Assuntos Sociais** do Senado Federal para juntada ao Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2014, que *"Altera a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências."*, e cópia foi encaminhada à **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania** do Senado Federal, onde se encontra o PLS nº 312, de 2016, que *"Enquadra as entidades de previdência complementar no campo de aplicação da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, permite a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc a verificar a ocorrência de crime e conceitua crime de gestão fraudulenta e temerária."*. Informo ainda que o PLP nº 268, de 2016, PLP nº 439, de 2017 e PL nº 8.821, de 2017, encontram-se na Câmara dos Deputados.

Atenciosamente,


Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado ALDO SCHNEIDER
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Rua Dr. Jorge Luz Fontes. 310-Centro.
CEP 88020-900 – Florianópolis/SC

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PLS Nº 380 DE 20 14
Fis. 78